

Por Antonio Penteado Mendonça



Quando parecia que o Brasil tomaria jeito, os últimos eventos no universo político vieram jogar água na fervura. Ainda é cedo para afirmar que a vaca foi pro brejo, mas, mais uma vez, corremos o risco de ver os esforços para sairmos da crise ameaçados.

O que isso quer dizer ninguém sabe. Ainda é cedo para análises mais profundas sobre o nosso futuro, mesmo o de curto prazo. Por outro lado, a economia tem se mostrado extremamente resistente às pancadas que vão sendo dadas para todos os lados e tem se comportado de maneira exemplar, dentro do cenário atual. O dólar não disparou, a Bolsa não desmoronou, a inflação está abaixo da meta, o comércio apresenta números melhores, a indústria ameaça uma tênue recuperação, ainda que setorial, e o agrobusiness dá show de produtividade, mesmo com o Governo fazendo muito menos do que o mínimo necessário.

Diz o ditado que contra números não há argumentos. Prefiro mudar um pouco para dizer que contra argumentos negativos, nada como números positivos. É o que o setor de seguros apresenta.

Pode parecer espantoso, no Brasil de hoje, algum setor apresentar um crescimento consistente de 4% acima da inflação. É tarefa para gente grande e é o que o setor de seguros tem para mostrar como resposta para quem duvida da sua solidez e capacidade de resistência à crise.

Ninguém nega, as seguradoras sofreram bastante com a recessão que atingiu a indústria automobilística. A queda da venda de veículos novos impactou severamente as empresas que têm foco mais forte no seguro de automóveis, bem como a grande maioria dos corretores de seguros, que têm neste seguro o grosso de sua produção.

Da mesma forma, o desemprego brutal, que atingiu mais de 14 milhões de pessoas, impactou a carteira de seguros de vida de várias seguradoras. E reduziu em mais de 3 milhões de vidas o número de pessoas atendidas pelos planos de saúde privados.

São dados preocupantes e que expõem a situação dramática que as administrações petistas deixaram como grande legado. Ao contrário do gritado aos quatro cantos pela propaganda do governo Dilma Rousseff, a crise que o Brasil atravessa é muito mais séria do que qualquer outro momento de nossa história, não apenas porque a crise quebrou de fato parte da nação, mas porque os parâmetros morais foram rasgados, em nome da mais deslavada corrupção, transformada em política pública para manter o partido no poder.

Evidentemente, o setor de seguros sofreu com a situação. Não teria como uma atividade de apoio se manter ao largo da tormenta, esperando o tempo melhorar para navegar de novo. Não é assim que as coisas funcionam. O setor esteve presente no dia a dia nacional, oferecendo suas apólices como opção para proteção do patrimônio social, pagando bilhões de reais em indenizações, parte

delas decorrentes dos fatores adversos que feriram milhões de brasileiros e quebraram ou reduziram a capacidade de milhares de empresas.

Além disso, as empresas do setor investem regularmente quase um trilhão de reais provenientes de suas reservas, oferecendo massa significativa de recursos para girar a economia, diminuindo os efeitos da recessão.

Dada a renovação dos negócios já existentes, a demanda pelos produtos da previdência complementar, a busca pelos planos de capitalização, o setor compensou o impacto direto da crise em vários ramos de seguros.

O resultado dessas ações e da capacidade profissional e dedicação dos corretores de seguros tornaram possíveis os números que colocam o setor 4% acima da inflação.

Mas uma pergunta incomoda: e agora, todo mundo?

Na época da República de Weimar, quando a Alemanha atravessava uma crise política e econômica devastadora, um grande jurista, consultado sobre a verdadeira caça às bruxas que se instalara no país, perguntou o que os promotores e o Judiciário perseguiam, a justiça ou a paz social.

Essa é a pergunta atual: o que o Brasil quer? Colocar atabalhoadamente todos os que alguém acha que são os culpados na cadeia e arrebentar o país, ou fazer o que tem que ser feito da forma certa e dentro da lei, para voltar a crescer de forma sadia, dentro de uma verdadeira democracia?

Fonte: SindSegSP, em 30.06.2017.